

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 9 - Novembro de 2016

Esta publicação visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores, a renda, as negociações coletivas, os preços etc.

É elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todas as entidades filiadas.



AJUSTE FISCAL É DE NATUREZA NEOLIBERAL E REDUZ PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 241/2016

As medidas anunciadas pelo governo, listadas na PEC 241/16¹ (PEC 55, no Senado Federal), que têm como objetivo promover ajustes nas contas públicas, trazem na essência uma redução expressiva do papel do Estado como indutor do desenvolvimento do país. Trata-se, no fundo, de uma tentativa de reforma neoliberal do Estado brasileiro.

O aumento das despesas públicas, sem a existência de receitas suficientes para cobri-las, constitui a principal razão que levou o governo a propor o ajuste. O déficit, surgido a partir desse descasamento de contas, deverá ser reduzido e transitar para situação oposta, de superávit, afirma o governo Temer.

No entanto, as medidas até aqui anunciadas consideram que apenas as despesas primárias devem ser contidas, sem colocar nos cálculos do ajuste as despesas financeiras com os juros da dívida. Numa tradução simples, há teto para gastos com saúde, educação, saneamento, moradia, mobilidade urbana, assistência social etc., mas não há limites para o pagamento de juros aos bancos e aos rentistas.

O governo também deixou de lado mudanças na estrutura tributária, preservando, assim, a natureza injusta e desigual, sem interesse em corrigir o caráter regressivo e concentrador de renda embutidos no modelo tributário nacional.

¹ Ver a respeito da Proposta de Emenda Constitucional 241 a Nota Técnica 161 do DIEESE, de setembro deste ano, disponível na página do DIEESE na internet: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>.

A proibição de aumentos reais nos gastos primários por 20 anos congela, nos níveis de 2016², as despesas correntes e de investimento do Estado por um período absurdamente longo. O congelamento dos gastos impede que a expansão da demanda por serviços públicos seja atendida. Se um gasto aumentar, outros devem ser reduzidos para que o teto não seja ultrapassado.

Há, porém, despesas que, pela natureza, aumentam constantemente. O caso mais importante é o da Previdência Social, cujo número de beneficiários aumenta na medida em que as pessoas se aposentam. Então, quando os gastos com a Previdência subirem, outros terão que ser diminuídos, o que limitará a atuação do Estado em outras áreas em que a presença estatal é necessária. Daí a pressa do governo em fazer, também, a reforma da Previdência Social.



A aprovação da PEC 241 terá, também, impacto direto nos salários, não só dos servidores públicos, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, que regulamenta os gastos do setor público com pessoal, mas, também, nos salários dos trabalhadores da iniciativa privada (indústria, comércio e serviços), uma vez que as modificações introduzidas podem alterar a metodologia do cálculo que reajusta o salário mínimo, com repercussão nos ganhos dos trabalhadores (e aposentados e pensionistas) que o têm como referência.

Não há dúvidas, porém, de que as medidas propostas – com grandes chances de serem aprovadas no Legislativo – seguem no caminho da redução do papel do Estado na economia. A limitação dos gastos públicos inibirá o papel desse setor enquanto fomentador de investimentos e provedor de direitos sociais fundamentais.

O BRASIL NA CONTRAMÃO - JUROS ALTOS, RECESSÃO ECONÔMICA E POLÍTICA FISCAL CONTRACIONISTA

O Brasil segue com a política fiscal contracionista, uma vez que o atual governo abre mão de utilizar o gasto público como ferramenta para tentar reverter a crise. Insiste em impor à nação uma inapropriada contenção de despesas para os próximos 20 anos, quatro mandatos presidenciais.

O único gasto que tem crescido acentuadamente é o pagamento de juros referentes à dívida pública interna. Com a Selic em estratosféricos 14% ao ano e taxa de câmbio valorizada, que impedem o

² Há um compromisso, acordado no Congresso Nacional, que determina que os recursos para Saúde e Educação serão elevados para o Orçamento de 2017 e, depois, congelados nesse nível.

setor produtivo de se expandir e provocam, ao mesmo tempo, o sucateamento da indústria nacional, o aprofundamento da recessão e a queda da receita pública, é difícil imaginar que a política de ajuste, tal como proposta, irá reverter a grave situação pela qual passa o país.

As despesas que o governo incorre com o pagamento dos juros que incidem sobre a dívida pública, além de não contribuírem para o crescimento – pelo contrário -, servem para concentrar renda nas mãos dos poucos brasileiros que são aplicadores financeiros. Caso essa lógica não seja modificada, há pouco que se esperar do setor público, não apenas para o presente, mas pelo andar da PEC 241 no Congresso, para as duas próximas décadas.

Haveria então de se observar dois outros setores que poderiam induzir a algum crescimento. O mais importante deles, do ponto de vista do volume (representa cerca de 2/3 do PIB), é o consumo das famílias. Para tanto, é importante observar o comportamento da renda e do emprego, que poderiam servir para alavancar o crescimento econômico, como efetivamente fez entre 2006 e 2014, especialmente através do impulso do crescimento do salário mínimo e do crescimento econômico gerador de empregos.

TABELA 1
Rendimento médio real dos ocupados

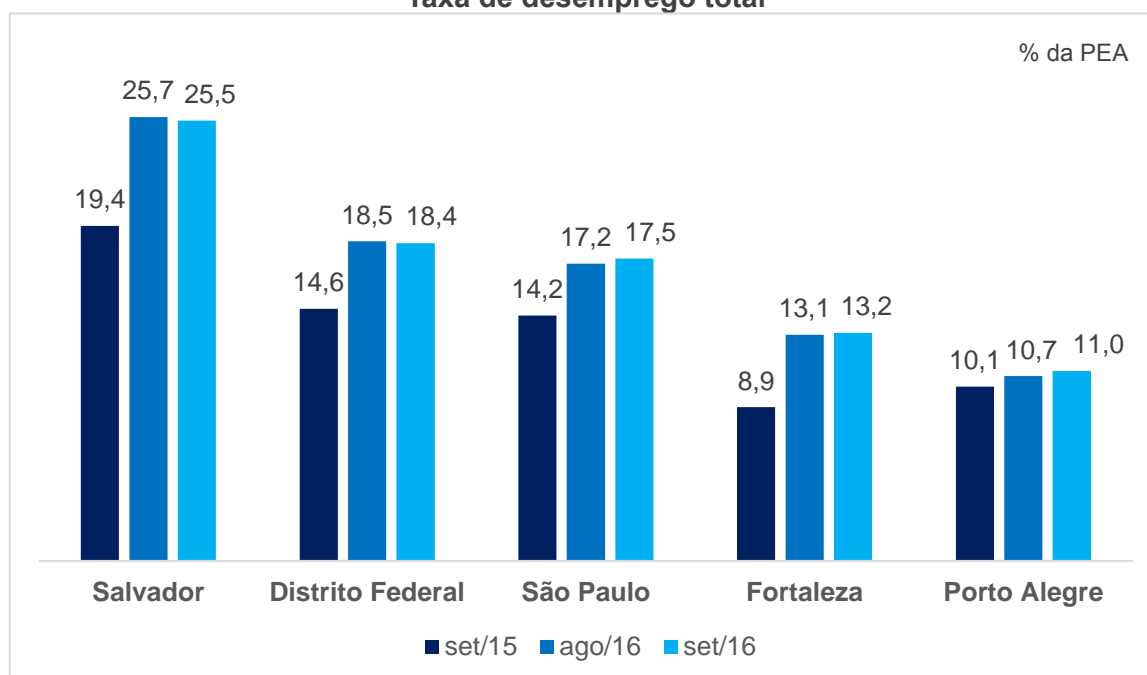
Região metropolitana	R\$ (agosto)	Var. % mensal	Var. % 12 meses
Distrito Federal	2.874	0,2	-4,6
Fortaleza	1.318	0,5	0,2
Porto Alegre	1.846	-5,9	-11,5
Salvador	1.346	0,6	-3,3
São Paulo	1.948	-2,2	-4,3

Fonte: Convênio Seade-DIEESE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

Quando se olha para a renda das famílias, observa-se queda. O desemprego, por sua vez, atinge níveis inéditos nos últimos 15 anos. Sem emprego e sem renda, a massa salarial se reduz e, junto com ela, o consumo. Com a redução da demanda, tanto de bens duráveis como não duráveis, as empresas que os produzem, já acossadas pelos juros altos e por uma taxa de câmbio extremamente volátil, reduzem também a produção. Esse movimento negativo da indústria de transformação afeta, igualmente, a indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos). Na esteira da queda da produção industrial e do aumento do desemprego daí originado, vem a queda de atividade do comércio e dos serviços.



GRÁFICO 1
Taxa de desemprego total



Fonte: Convênio Seade-DIEESE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

No caso dos bens de consumo, duráveis e não-duráveis, existe, ainda, o risco anunciado pelo novo governo de retomar a liberalização comercial, através da busca de novos acordos de comércio. Isso está longe de ser estímulo ao investimento dos produtores nacionais e dos capitais transnacionais aqui instalados: por que investiriam se o mercado doméstico, mesmo que de uma hora para outra aparecesse, seria disputado por concorrentes internacionais enfrentando a estagnação de seus mercados domésticos e o excesso de capacidade instalada?

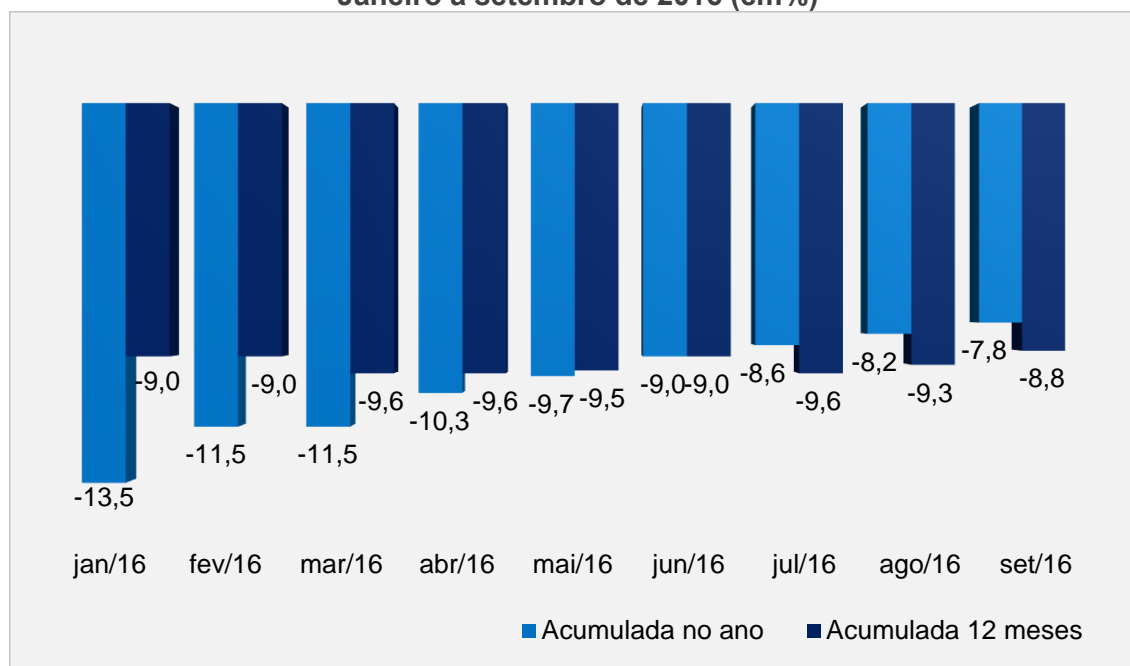
A construção pesada, responsável pelas grandes obras de infraestrutura, encontra-se quase travada desde o início da Operação Lava-Jato, o que inviabiliza o funcionamento das grandes construtoras, paralisa uma série de obras em andamento, atrasa o projeto de outras tantas, com sérias consequências para a extensa cadeia produtiva desse segmento, contribui para o aumento do desemprego e queda de renda da economia. O fim das grandes obras referentes às Olimpíadas desse ano, somado ao fim do processo eleitoral municipal (quando sempre são aceleradas as conclusões de obras locais que podem ter efeito eleitoral), deve agravar esse quadro.



Além disso, estudos mostram que, há algum tempo, as empresas encontram-se extremamente endividadas, algumas com dificuldades para ampliar investimentos³ e muitas outras com problemas mais graves, até mesmo em relação à continuação das atividades. Pode-se observar, então, não só a crise fiscal e as medidas recessivas adotadas para minimizá-la, mas também uma preocupante crise financeira das empresas não-financeiras, que precisa, igualmente, de atenção do Estado.

Finalmente, ao longo de 2016, houve revalorização do real diante do dólar, em movimento possivelmente facilitado pelo Banco Central, com o objetivo de conseguir resultados mais rápidos no controle interno da inflação. Com o movimento, no entanto, fica mais difícil a vida das empresas brasileiras que exportam, ou dos produtores internos que têm que competir com produtos importados. O investimento produtivo acaba desincentivado.

GRÁFICO 2
Variação da Produção Física Indústria Geral
Janeiro a setembro de 2016 (em%)



Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

O GOVERNO E SUAS CONTRADIÇÕES

O governo federal tem apontado para a importância de se tentar retomar o crescimento do setor da construção de infraestrutura, através, especialmente, do Programa de Parceria de Investimentos, uma versão reconfigurada do antigo PIL (Programa de Investimento em Logística) do governo Dilma. Entretanto, as

³ Ver a respeito, texto do economista Felipe Rezende em <http://www.minds.org.br/media/papers/wp-minds-201601-rezende.pdf>.

avaliações mais otimistas, mesmo dentro do governo atual, dão conta de que o programa poderia deslançar somente no ano que vem.

Como “deslançar”, uma vez que o programa supõe a entrada de capitais privados, especialmente de fundos financeiros (os tais “parceiros”), em um momento em que alguns projetos do antigo PIL apresentam dificuldades (por exemplo, aeroportos que foram privatizados e os novos administradores, agora, não têm como pagar as concessões, e tentam renegociação)? E como avançar se não há cenário propício a investimentos, no quadro atual de recessão econômica e queda de renda? O setor público, nas três esferas, às voltas com o ajuste fiscal, não tem condições de garantir o retorno desses investimentos.

O setor de produção de bens sob encomenda (navios, plataformas, turbinas, máquinas e equipamentos), por sua vez, é muito dependente de algumas poucas grandes empresas (Petrobras, Vale, Eletrobrás, entre outras), organizações que enfrentam problemas no curto-prazo, como redução do preço de produtos, Operação Lava-Jato, dívidas elevadas, mudanças de marco regulatório (insegurança jurídica), acidentes ambientais, e outros. Portanto, também não há muito o que se esperar, com exceção de algum investimento localizado, ou de investimentos de grandes empresas públicas internacionais que busquem estabelecer produção no Brasil (têm sido evidenciados alguns investimentos desse tipo, particularmente chineses em áreas como energia elétrica, petróleo e mineração, e noruegueses na área de petróleo), mas que, no agregado, não parecem também ter condições de reverter a perspectiva pessimista do mercado e, por outro lado, aprofunda o processo de desnacionalização dessa área estratégica.

A política oficial tem sido apostar no setor externo, onde os resultados já apareciam a partir da desvalorização do real, ainda no governo Dilma, mas que tem pouca capacidade de reverter a situação em um país grande como o Brasil, em que o setor externo representa pequena parcela da economia.

De outro lado, o governo Temer procura dar garantias aos investidores internacionais⁴, buscando atraí-los para investimentos no Brasil e, dessa forma, suprir a inapetência dos investidores aqui instalados, nacionais e transnacionais. A esse respeito, uma estratégia de alto risco é implementada. Os riscos são, pelo menos, três:



⁴ Isso inclui, no âmbito internacional, a tentativa de voltar à negociação de tratados de livre comércio, os quais, na nova geração, a partir de 2010, baseiam-se fundamentalmente em quatro pilares – as negociações de serviços, compras de governo, investimentos e propriedade intelectual. Nessas áreas, mais do que qualquer coisa, não há nenhuma relação com o comércio de produtos, mas o foco são garantias aos investidores privados, inclusive com a adoção de cláusulas, conhecidas no jargão internacional como “cláusulas-catraca” (*ratchet clauses*) que evitam, ou tornam muito custoso, voltar atrás depois de feitas modificações nas regulamentações domésticas, pois é disso que se trata, liberalização de setores internos e garantias aos investidores externos.

1 O primeiro deles é que o cenário internacional não está para peixe, com enorme aversão ao risco, e perspectivas, nunca descartadas, de uma subida das taxas de juros nos EUA, o que reconfiguraria drasticamente os fluxos de capital e investimentos em quase todas as áreas, até pela capacidade de influência da medida sobre taxas de juros de outros países, bolsas nos EUA e no resto do mundo, mais as flutuações cambiais.

2 O segundo motivo, a insegurança jurídica, da qual os investidores externos normalmente fogem. Assim, no Brasil, continuam as dúvidas sobre a estabilidade institucional, com ameaças e denúncias no Judiciário e um Congresso que não passa confiança, apesar do quadro de votações. Além disso, a expectativa de um governo curto, e com candidaturas para a presidência que se explicitam e se explicitarão ao longo do ano que vem, desdizendo as ações do atual governo, o quadro institucional tende a se fragilizar.

3 Finalmente, o principal incentivo ao investimento é o próprio crescimento econômico, algo que não ocorre no país há três anos. Muito ao contrário, a atividade econômica se retrai a taxas anuais acima de 3% nos últimos dois anos.

Em resumo, existem enormes dúvidas quanto à possibilidade dessa estratégia se viabilizar e, caso isso não ocorra, o país volta à instabilidade institucional e ao que está por trás de todos esses movimentos políticos recentes – a disputa por um projeto futuro de país - e quais elementos serão centrais nesse projeto.

O BRASIL NA CONJUNTURA MUNDIAL E REGIONAL



No início de outubro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu as previsões para as economias latino-americanas para baixo. Embora para o conjunto da região a previsão do FMI tenha passado de uma contração de 0,5% para 0,6%, no caso do Brasil, a previsão está mais “otimista” – passou de uma contração de 3,8% para 3,3%, o que, em que pese a importante participação relativa do Brasil no conjunto da região, foi mais do que compensado pela piora de previsão dos demais países. A previsão para a vizinha Argentina, por exemplo, importante parceiro no Mercosul, passou de uma contração de 1% para 1,7%.

Evidentemente o quadro internacional, com a redução da demanda chinesa e a queda dos preços de *commodities* em geral, teve um papel importante nesse resultado. Mas não se deve esquecer dos desempenhos de economias que, na região, podem afetar o resultado geral. É o caso dos EUA, cujo resultado atinge principalmente o México, a América Central e os países da América do Sul mais

diretamente conectados a ele economicamente. O Brasil, por sua vez, afeta os países do Mercosul e vizinhos como a Bolívia. Assim, o mau desempenho brasileiro ajuda a explicar a sofrível performance da Argentina, importante mercado para a produção industrial do Brasil

É importante perceber que o mercado doméstico brasileiro desempenha importante papel, não só para o próprio país, mas também para toda a região. Medidas de estímulo à produção interna poderiam ter importante papel para o crescimento da economia doméstica do Brasil, e por tabela, da região. Até porque, no caso de uma economia grande como a brasileira, o peso do mercado internacional e do impulso externo ao crescimento econômico é pequeno.

Ademais, observa-se que a economia dos EUA patina, a China reduziu a dinâmica de crescimento e a Europa segue, em média, estagnada, com o crescimento de alguns países compensado pela contração de outros. No caso brasileiro, esse efeito já pode ser observado, pois apesar da reversão do déficit externo dos últimos anos, o impacto sobre o crescimento agregado da economia é pífio, ou seja, se apresenta como incapaz de reverter o resultado negativo da economia.



Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Secretário Nacional: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Júnior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de estudos em políticas públicas: Angela Maria Schwengber

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe Responsável

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen